

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO

PROTOCOLO DE ENTRADA

Sequência: 131 / 2018 Data/Hora: 27/02/2018 15:15

Descrição:

OFICIO DO EXPEDIENTE

PEDIDO DE APURAÇÃO DE MANDADO DE INJUNÇÃO
EM FACE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA E
DO PREFEITO MUNICIPAL

OFÍCIO DO EXPEDIENTE 44/2018

MARCELO DE LUCA MARZOCHI, brasileiro, advogado, OAB-SP228.699, com escritório na Rua Gabriel Ferreira 29, sala 17, comparece perante Vossa Excelência para informar e requerer o que se segue.

Foi impetrado Mandado de Injunção em face do Município de São João da Boa Vista e do Prefeito Municipal para que fosse reconhecida a mora legislativa obrigando-se os Impetrados a apresentarem o Plano de Carreira do Magistério municipal em prazo razoável, pelo qual se gastou dinheiro público e nada foi feito até agora. Trata-se do processo n.º 2184752-20.2016.8.26.0000 julgado procedente e disponível para consulta no site do Tribunal de Justiça de São Paulo. Segue anexo cópia do Acórdão e do andamento processual.

Necessário aqui um breve histórico. A obrigação de fazer o Plano de Carreira do Magistério nasceu com a Lei 13.005/2015 que instituiu o Plano Nacional de Educação, a qual, na Meta 18 deu o prazo de dois anos a partir da publicação da lei para que fosse feito o Plano de Carreira. A lei foi publicada em 26 de junho 2014 e o prazo venceu em 27 de junho 2016. A Administração Municipal teve dois anos para fazer e não fez. O Mandado de Injunção foi protocolado em 09 de setembro 2016. O Acórdão de fls. 532-536 julgou procedente a ação e foi disponibilizado nos autos em 13 de fevereiro 2017, mas publicado apenas em 9 de maio 2017. No Acórdão está a determinação de noventa dias para apresentação da norma regulamentadora. Os noventa dias venceram sem setembro de 2017. A Impetrada, após vencido o prazo, protocola Recurso Extraordinário. E até agora, fevereiro de 2018, nada foi feito.

Configura crime de responsabilidade do Prefeito não cumprir ordem judicial, nos termos do Decreto-Lei 201/1967, especificado abaixo, grifos meus:

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

(...)

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

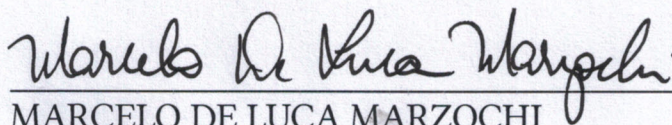
Sendo competência da Câmara Municipal fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, nos termos do artigo 16, XIX, da Lei Orgânica do Município de São João da Boa Vista, requer-se de Vossa Excelência sejam tomadas as devidas providências para apuração do crime de

responsabilidade cometido pelo Prefeito Municipal como exposto acima.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

São João da Boa Vista, 27 de fevereiro 2018.



MARCELO DE LUCA MARZOCHI
OAB-SP228.699



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2017.0000069760

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Injunção nº 2184752-20.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é impetrante PATRICIA PALHARES AVERSA MARZOCHI, são impetrados PREFEITO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA e MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA.

ACORDAM, em 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Concederam a segurança. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores J. M. RIBEIRO DE PAULA (Presidente) e EDSON FERREIRA.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017

ISABEL COGAN

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

VOTO Nº 9617 (12ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO)
MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 2184752-20.2016.8.26.0000
COMARCA: SÃO JOÃO DA BOA VISTA
IMPETRANTE: PATRICIA PALHARES AVERSA MARZOCHI
IMPETRADOS: PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA E MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

MANDADO DE INJUNÇÃO contra omissão da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista quanto à normatização de Plano de Cargos e Carreiras, nos termos do previsto na Lei Federal nº 13.005/2014. Mora legislativa no âmbito municipal caracterizada. Esclarecimentos de jornada de trabalho, intervalo para almoço e meio de ambiente de trabalho. Matéria não passível de discussão no *mandamus*. **ORDEM CONCEDIDA** para determinar que, no prazo de noventa dias, a Municipalidade regulamente o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Municipal.

Cuida-se de mandado de injunção impetrado por **PATRÍCIA PALHARES AVERSA MARZOCHI**, Professora da rede municipal de ensino contra suposto ato omissivo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**, visando compelir o Município a instituir o Plano de Carreiras do Magistério Municipal, na forma do disposto na Lei Federal nº 13.005/2014, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação. Objetiva, ainda, a impetrante esclarecimentos sobre jornada de trabalho e intervalo para almoço.

Devidamente intimada, as autoridades impetradas ofereceram resposta (**fls.476/478**) e apresentaram documentos (**fls.479/480**), manifestando-se a impetrante à **fl.488**

A D. Procuradoria de Justiça manifestou-se pela denegação do writ (**fls.523/525**).

É O RELATÓRIO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

O mandado de injunção é remédio constitucional contra a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania (art. 5º, inc. LXXI, da Constituição Federal e artigo 2º da Lei nº 13.00/2016).

O art. 74, V, da Constituição do Estado de São Paulo estabelece que:

“Art. 74. Compete ao Tribunal de Justiça, além das atribuições previstas nesta Constituição, processar e julgar originariamente:

“V - os mandados de injunção, quando a inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal, de qualquer dos Poderes, inclusive da administração indireta, torne inviável o exercício de direitos assegurados nesta Constituição;”

Alega a impetrante que a mora do Poder Executivo Municipal obsta a aplicação da Lei Federal nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, nos termos da Meta nº 18, *in verbis*:

“Meta 18: assegurar, no prazo de 2(dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do artigo 206 da Constituição Federal.”

A Municipalidade em suas informações de fls.475/478, sustenta que não houve aprovação do Plano de Carreiras do Magistério Municipal, esclarecendo somente que a Diretoria do Departamento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Educação que as providências possíveis vêm sendo tomadas para que possa haver a implantação do respectivo Plano de Carreiras e quanto aos demais rebate as alegações da impetrante.

Pois bem. Ficou claro que, desde a vigência da Lei Federal nº 13.005/2014, a Municipalidade, no prazo de dois anos estabelecido na Meta 18 da Lei Federal nº 13.005/2014, ainda não criou nova legislação para regulamentar o Plano de Cargos e Carreiras dos professores da rede de ensino municipal e, ainda, não trouxe nenhum projeto para regulamentar a determinação constante da legislação federal. Afirma, tão somente, que pretende finalizar o projeto até meados de 2017.

Assim, tendo em vista a ausência regulamentação, a Municipalidade causa prejuízo aos servidores que exercem atividades de professores municipais, caracterizando, assim, a mora do legislador infraconstitucional em regular os parâmetros jurídicos necessários para o exercício pleno da norma constitucional e legal.

Entretanto, quanto à jornada de trabalho já existe lei regulamentadora, conforme afirmado pela impetrante (artigo 27 da Lei Municipal 110/98). Portanto, não é matéria passível de discussão neste *mandamus*.

Quanto aos demais apontamentos, horário de intervalo para almoço e meio de ambiente de trabalho, não ficou demonstrado pela impetrante a falta total ou parcial de norma regulamentadora pela Municipalidade.

Assim, julga-se extinto o feito, nos termos do artigo 485, VI do Código de Processo Civil, quanto aos pedidos de esclarecimentos de jornada de trabalho, intervalo para almoço e meio de ambiente de trabalho, tendo em vista que não ficou demonstrada a mora legislativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Desse modo, nos termos do artigo 8º, inciso I, da Lei Federal 13.300/16, cabível a **concessão da ordem**, para reconhecer-se a mora legislativa, determinando que a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente norma regulamentadora para o Plano de Carreira do Magistério Municipal, em cumprimento à Lei Federal nº 13.005/2014.

Custas na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do art. 25 da Lei Federal nº 12.016/09.

Na hipótese de interposição ou oposição de recurso contra esta decisão, ficam as partes intimadas, a partir da publicação, a se manifestarem, expressamente, na petição de interposição de razões ou contrarrazões recursais, se se opõem à forma de julgamento virtual, nos termos da Resolução 549/11 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça.

Na hipótese de interposição ou oposição de recurso contra esta decisão, ficam as partes intimadas, a partir da publicação, a se manifestarem, expressamente, na petição de interposição de razões ou contrarrazões recursais, se se opõem à forma de julgamento virtual, nos termos da Resolução 549/11 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **concede-se a ordem pleiteada**, nos termos deste V. Acórdão.

ISABEL COGAN
Relatora



Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

@-SAJ Portal de Serviços

CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

MARCELO DE LUCA MARZOCHI (Sair)

> Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 2º Grau

MENU

Consulta de Processos do 2º Grau

Dados para Pesquisa

Seção: Todas as seções
Pesquisar por: OAB
OAB: 228699



Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo: 2184752-20.2016.8.26.0000 Julgado
Classe: Mandado de Injunção
Área: Cível
Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO-Servidor Público Civil
Origem: Comarca de São Paulo / Tribunal de Justiça de São Paulo
Distribuição: 12ª Câmara de Direito Público
Relator: ISABEL COGAN
Volume / Apenso: 1 / 0
Valor da ação: 100,00

Apensos / Vinculados

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

Números de 1ª Instância

Não há números de 1ª instância para este processo.

Partes do Processo

Exibindo Somente as principais partes. »Exibir todas as partes.

Impetrante: Patricia Palhares Aversa Marzochi
Advogado: Marcelo de Luca Marzochi
Impetrado: Prefeito de São João da Boa Vista
Advogada: Eliane Nascimento Gonçalves
Advogado: Everton Soares Leocadio

Movimentações

Exibindo todas as movimentações. »Listar somente as 5 últimas.

Data	Movimento
23/02/2018	Expedido Ofício Encaminha Cópias
23/02/2018	Expedido Ofício Encaminha Cópias
17/02/2018	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.18.00108183-4 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 16/02/2018 15:56
17/02/2018	Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
16/02/2018	Processo encaminhado para o Processamento de Recursos
16/02/2018	Despacho Fls. 616-8: Nada a deliberar. Reporto-me ao despacho de fls. 612. Prossiga-se. São Paulo, 16 de fevereiro de 2018 . EVARISTO DOS SANTOS Desembargador Presidente da Seção de Direito Público
08/02/2018	Processo encaminhado para a Coordenadoria da Seção
08/02/2018	Prazo
08/02/2018	Expedido Ofício Ofício Acórdão STI
08/02/2018	Expedido Ofício Ofício Acórdão STI
08/02/2018	Expedido Certidão Certidão de Publicação de Despacho [Proc. Rec.] - [Digital]
06/02/2018	Publicado em

	Disponibilizado em 05/02/2018 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 2510
06/02/2018	Publicado em Disponibilizado em 05/02/2018 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 2510
02/02/2018	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.18.00062745-0 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 01/02/2018 15:25
02/02/2018	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
02/02/2018	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
31/01/2018	Processo encaminhado para o Processamento de Recursos
31/01/2018	 Recurso Extraordinário Inadmito, pois, o recurso extraordinário com fundamento no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. São Paulo, 31 de janeiro de 2018. EVARISTO DOS SANTOS Desembargador Presidente da Seção de Direito Público
31/01/2018	 Despacho Fls. 604-5: A publicação no DJE em que se baseia a impetrante para afirmar o descumprimento do acórdão se presta a cômputo de prazo para manejo recursal. Assim, tendo em conta o art. 13 da Lei nº 12.016/09, aplicável ao caso, à minguada de disposição diversa em lei específica a tratar do mandado de injunção, determino seja oficiado à autoridade impetrada e a respectiva Pessoa Política interessada com cópia do teor da ordem mandamental a ser cumprida. Com prestação, providencie a Serventia. No mais, segue em separado o exame de admissibilidade do recurso extraordinário interposto pelo Município de São João da Boa Vista. São Paulo, 29 de janeiro de 2018. EVARISTO DOS SANTOS Desembargador Presidente da Seção de Direito Público
27/01/2018	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.18.00042977-2 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 26/01/2018 15:43
27/01/2018	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
24/01/2018	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.18.00032461-0 Tipo da Petição: Adiamento Data: 23/01/2018 17:43
24/01/2018	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
19/01/2018	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.18.00022184-5 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 19/01/2018 14:26
19/01/2018	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
15/01/2018	Processo encaminhado para a Coordenadoria da Seção
15/01/2018	 Expedido Certidão Certidão em branco - [Digital]
08/01/2018	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.18.00003394-1 Tipo da Petição: Parecer da PGJ Data: 08/01/2018 17:12
08/01/2018	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
14/12/2017	Publicado em Disponibilizado em 13/12/2017 Tipo de publicação: Vista Número do Diário Eletrônico: 2487
14/12/2017	Publicado em Disponibilizado em 13/12/2017 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 2487
13/12/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.01024320-4 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 13/12/2017 13:37
13/12/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
12/12/2017	 Processo encaminhado para o MP - Parecer PGJ - Vista para Parecer [Digital]
12/12/2017	Prazo
12/12/2017	Vista Vista à(s) parte(s) contrária(s) para apresentar(em) contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s), no prazo legal.
04/12/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00989475-2 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 04/12/2017 10:57
04/12/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
25/11/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00958861-9 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 24/11/2017 11:11
25/11/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
17/11/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00933963-5 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 16/11/2017 15:56
17/11/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
16/11/2017	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras
14/11/2017	 Despacho 1. (Fls. 553-4 e 539): Sobre o alegado descumprimento do julgado, manifeste-se a Pessoa Política impetrada, no prazo de 05 (cinco) dias. 2. (Fls. 544-51): Dê-se vista para contrarrazões. São Paulo, 14 de novembro de 2017. RICARDO DIP Desembargador Presidente da Seção de Direito Público
11/11/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00919164-6 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 11/11/2017 10:14
11/11/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
09/11/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00906234-0 Tipo da Petição: Parecer da PGJ Data: 08/11/2017 12:36
09/11/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
09/11/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00908646-0 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 08/11/2017 17:52
09/11/2017	Expedido Termo

	 Termo de Juntada - Automática
18/10/2017	Processo encaminhado para a Coordenadoria da Seção
18/10/2017	Recebidos os Autos do MP
10/10/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00810901-6 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 09/10/2017 14:06
10/10/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
05/10/2017	 Processo encaminhado para o MP para ciência do despacho (Expedido Termo) PGJ - Ciência do Despacho [Contrarrazões] [Proc. Rec.] - [Digital]
05/10/2017	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras
05/10/2017	Processo encaminhado para a Coordenadoria da Seção
05/10/2017	 Expedido Certidão Certidão em branco - [Digital]
27/09/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00771303-3 Tipo da Petição: Contraminuta Data: 27/09/2017 10:41
27/09/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
27/09/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00772330-6 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 27/09/2017 14:12
27/09/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
27/09/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00769414-4 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 26/09/2017 17:12
27/09/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
19/09/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00740214-3 Tipo da Petição: Recurso Extraordinário Cível (Petição Avulsa) Data: 18/09/2017 15:43
19/09/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
26/08/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00666820-4 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 25/08/2017 13:39
26/08/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
03/08/2017	 Expedido Certidão Certidão de Publicação de Acórdão [Digital]
17/07/2017	 Expedido Termo Termo de Juntada - Automática
30/06/2017	 Processo encaminhado para o MP para ciência do acórdão (Expedido Termo) PGJ - Ciência do Acórdão [Digital]
06/06/2017	 Julgado virtualmente Rejeitaram os embargos. V. U.
25/05/2017	 Expedido Certidão Certifico que autuei os Embargos de Declaração.
25/05/2017	 Expedido Termo Termo de Conclusão - Relator
22/05/2017	Documento Protocolo nº WPRO.1700089977-8 Embargos de Declaração
22/05/2017	Subprocesso Cadastrado Seq.: 50 - Embargos de Declaração
10/05/2017	Publicado em Disponibilizado em 09/05/2017 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 2342
09/05/2017	Prazo
09/05/2017	 Expedido Certidão Certidão de Publicação de Acórdão [Digital]
08/04/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00234434-0 Tipo da Petição: Ciência da PGJ Data: 06/04/2017 11:02
13/03/2017	 Processo encaminhado para o MP para ciência do acórdão (Expedido Termo) PGJ - Ciência do Acórdão [Digital]
20/02/2017	Publicado em Disponibilizado em 17/02/2017 Tipo de publicação: Julgados Número do Diário Eletrônico: 2291
13/02/2017	Acórdão registrado Acórdão registrado sob nº 20170000069760, com 5 folhas.
13/02/2017	 Acórdão Finalizado Acórdão Eletrônico - Em branco
08/02/2017	Segurança
08/02/2017	Julgado Concederam a segurança. V. U.
31/01/2017	Publicado em Disponibilizado em 30/01/2017 Tipo de publicação: Próximos Julgados Número do Diário Eletrônico: 2277
27/01/2017	 Expedido Termo Intimação PGJ - Próximos Julgados [Digital]
26/01/2017	Inclusão em pauta Para 08/02/2017
26/01/2017	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras - À mesa
26/01/2017	 Despacho À Mesa Despacho à Mesa
26/01/2017	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.17.00031160-6 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 26/01/2017 09:40

19/12/2016	Conclusos para o Relator
17/12/2016	 Expedido Termo Termo de Conclusão - Relator
17/12/2016	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00776076-6 Tipo da Petição: Parecer da PGJ Data: 14/12/2016 14:21
17/12/2016	Documentos Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00746313-3 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 02/12/2016 16:43
17/12/2016	Documentos Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00746313-3 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 02/12/2016 16:43
17/12/2016	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00746313-3 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 02/12/2016 16:43
17/12/2016	Documentos Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00726226-0 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 25/11/2016 16:11
17/12/2016	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00726226-0 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 25/11/2016 16:11
12/12/2016	Prazo
12/12/2016	 Expedido Certidão Certidão de Publicação de Despacho [Digital]
12/12/2016	Publicado em Disponibilizado em 09/12/2016 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 2256
24/11/2016	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras
24/11/2016	 Despacho Vistos. Aguarde-se o parecer da D. Procuradoria de Justiça. Oportunamente, tornem conclusos. P.I.
24/11/2016	 Conclusos para o Relator (Expedido Termo com Conclusão) Termo de Conclusão - Relator [Digital]
24/11/2016	Conclusos para o Relator
24/11/2016	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00719199-0 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 23/11/2016 16:56
21/11/2016	 Processo encaminhado para o MP - Parecer PGJ - Vista para Parecer [Digital]
21/11/2016	Documentos Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00679127-7 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 07/11/2016 18:12
21/11/2016	Documentos Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00679127-7 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 07/11/2016 18:12
21/11/2016	Procuração Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00679127-7 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 07/11/2016 18:12
21/11/2016	Petição Intermediária Juntada Nº Protocolo: WPRO.16.00679127-7 Tipo da Petição: Petições Diversas Data: 07/11/2016 18:12
27/10/2016	 Expedido Termo Juntada AR
27/10/2016	 Expedido Termo Juntada AR
11/10/2016	 Expedido Ofício Informações em Mandado de Segurança
11/10/2016	 Expedido Ofício Informações em Mandado de Segurança
26/09/2016	Prazo
26/09/2016	Publicado em Disponibilizado em 23/09/2016 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 2207
23/09/2016	 Expedido Certidão Certidão de Publicação de Despacho [Digital]
15/09/2016	Publicado em Disponibilizado em 14/09/2016 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 2200
15/09/2016	Publicado em Disponibilizado em 14/09/2016 Tipo de publicação: Entrados Número do Diário Eletrônico: 2200
13/09/2016	Processo encaminhado para o Processamento de Grupos e Câmaras
13/09/2016	 Despacho (...) Vistos. 1. Ficam deferidos os benefícios da justiça gratuita à autora. Anote-se. 2. Notifiquem-se os impetrados sobre o conteúdo da petição inicial, com cópias dos documentos que instruíram a petição inicial, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, prestem informações. 3. Após, abra-se vista à D. Procuradoria de Justiça. 4. Oportunamente, tornem conclusos. P. I. (...)
12/09/2016	 Conclusos para o Relator (Expedido Termo com Conclusão) ISABEL COGAN
12/09/2016	Informação Auxiliando o(a) desembargador(a) Osvaldo de Oliveira
12/09/2016	Distribuição por Sorteio Órgão Julgador: 73 - 12ª Câmara de Direito Público Relator: 12824 - Isabel Cogan
12/09/2016	Processo encaminhado para a Distribuição de Originários
12/09/2016	Processo Cadastrado SJ 1.2.5.1 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Público

Subprocessos e Recursos

Recebido em	Classe
16/02/2017	Embargos de Declaração - 50000

Petições diversas

Data	Tipo
------	------

07/11/2016	Petições Diversas
23/11/2016	Petições Diversas
25/11/2016	Petições Diversas
02/12/2016	Petições Diversas
14/12/2016	Parecer da PGJ
26/01/2017	Petições Diversas
06/04/2017	Ciência da PGJ
25/08/2017	Petições Diversas
18/09/2017	Recurso Extraordinário Cível (Petição Avulsa)
26/09/2017	Petições Diversas
27/09/2017	Contraminuta
27/09/2017	Petições Diversas
09/10/2017	Petições Diversas
08/11/2017	Parecer da PGJ
08/11/2017	Petições Diversas
11/11/2017	Petições Diversas
16/11/2017	Petições Diversas
24/11/2017	Petições Diversas
04/12/2017	Petições Diversas
13/12/2017	Petições Diversas
08/01/2018	Parecer da PGJ
19/01/2018	Petições Diversas
23/01/2018	Adiamento
26/01/2018	Petições Diversas
01/02/2018	Petições Diversas
16/02/2018	Petições Diversas

Composição do Julgamento

Participação	Magistrado
Relator	Isabel Cogan (9617)
1º	J. M. Ribeiro de Paula
2º	Edson Ferreira

Julgamentos

Data	Situação do julgamento	Decisão
08/02/2017	Julgado	Concederam a segurança. V. U.